**PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ÓBITOS INFANTIS POR MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS, DEFORMIDADES E ANOMALIAS CROMOSSÔMICAS NO BRASIL**

Bárbara Custódio Rodrigues da Silva1; Ana Celina Cavalcante Oliveira2; Bruno Coelho Duarte Oliveira3; Joaquim Ferreira Fernandes4; Antonio Márcio Teodoro Cordeiro Silva5.

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás 1, 3, 4, 5

Centro Universitário de Anápolis - Unievangélica, Anápolis, Goiás 2

**RESUMO**

INTRODUÇÃO: A mortalidade infantil está relacionada às condições socioeconômicas, biológicas, culturais e de acesso a serviços de saúde de qualidade. É importante ressaltar que uma das principais causas que influenciam esta taxa de mortalidade são as malformações congênitas1. Essas malformações são alterações que ocorrem devido: a fatores ambientais, genéticos ou desconhecidos, que repercutem em anormalidades no desenvolvimento embrionário2. OBJETIVO: Traçar o perfil epidemiológico dos óbitos, de crianças com até 1 ano de idade, por malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas, entre os anos de 2000 e 2019. MÉTODOS: Estudo epidemiológico, descritivo e quantitativo, acerca da quantidade de óbitos infantis, decorrentes das malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas, segundo: as regiões brasileiras, a etnia dos pacientes e a idade materna, entre os anos de 2000 e 2019. Os dados foram coletados no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde presente na plataforma do DATASUS. RESULTADOS: No período analisado, houve 159.990 óbitos infantis, por malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas, no Brasil. Os anos com menores e maiores quantidades de casos foram 2001 e 2019, respectivamente, com 7.537 e 8.396 óbitos. As regiões Sudeste e Nordeste foram as que tiveram mais óbitos, com 63.183 e 43.788 casos, respectivamente; seguidas das regiões Sul (*n*=22.796), Norte (*n*=15.667) e Centro-Oeste (*n*=14.556). Quanto à etnia, a maior incidência ocorreu em brancos, totalizando 49,3% (*n=*78.919) dos óbitos, seguida dos pardos (33,9%; *n=*54.299), pretos (2,1%; *n=*3.323), indígenas (0,7%; *n=*1.130) e amarelos (0,2%; *n=*343). Além disso, notou-se que na maioria dos casos as mães tinham entre 20 e 24 anos (20,5%; *n=*32.728), sendo que as com mais de 40 anos compunham apenas 4,6% (*n=*7.330) do total. CONCLUSÕES: Percebe-se que a quantidade de óbitos por malformações congênitas e cromossomopatias mantem-se elevada entre os anos de 2000 e 2019. As regiões Sudeste e Nordeste tiveram as maiores porcentagens de casos, possivelmente, por serem, respectivamente, a região mais populosa e a com maior carência em saúde. Além disso, como a maioria das mães tem cerca de 20 anos de idade, indaga-se uma maior exposição a teratógenos em mães jovens. Assim, é crucial que haja melhorias nas redes de assistência para detecção e aconselhamento de doenças genéticas infantis, visando melhores condutas e redução dos óbitos.

REFERÊNCIAS

1 – BRONBERG, R. et al. Análise espacial e temporal da mortalidade infantil por malformações congênitas no Brasil (1996-2010). **Journal of Community Genetics**, v. 5, n. 3, pág. 269-282, 2014.

2 – GUIMARÃES, A.L.S. *et al*. Análise das malformações congênitas a partir do relacionamento das bases de dados de nascidos vivos e óbitos infantis. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 19, n. 4, p. 917-924, 2019.